RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quinta-Feira, 19 de Novembro de 2026

Especialista em Direito Penal afirma que ministros do STF investigados no caso Master devem ser afastados

Jurista Nicolau Cavalcanti defende afastamento de magistrados sob investigação para preservar autoridade da Justiça

Nicolau Cavalcanti, mestre em Direito Penal pela USP, declarou em entrevista que, caso seja instaurada uma investigação formal contra ministros da Corte Suprema relacionados ao episódio Master, estes deverão ser afastados de suas funções.

De acordo com o jurista, o afastamento não ocorre automaticamente com o simples requerimento de investigação, mas sim quando há a abertura oficial do processo investigativo.

Cavalcanti salientou que tal medida é imprescindível para manter intacta a credibilidade e confiabilidade do sistema judiciário brasileiro.



Flávio Bolsonaro pode fechar acordo com PGR para escapar de processo



O Grande Debate: Câmara vai endurecer ou esvaziar ajuste fiscal?



Master: Caminho que Gonet seguirá gera dúvidas entre ministros do STF

"Um magistrado sob escrutínio é afastado de suas funções justamente para proteger a reputação e legitimidade da Justiça", explicou o especialista. Ele indagou se os cidadãos estariam dispostos a aceitar decisões judiciais, incluindo medidas cautelares, emanadas de juízes que estejam sendo investigados por condutas suspeitas.

Incompatibilidade em julgamentos entre pares

Sob a perspectiva técnico-jurídica, o especialista foi assertivo ao afirmar que magistrados sob investigação não deveriam participar do julgamento uns dos outros. "Nas circunstâncias ordinárias, a resposta é absolutamente clara: não podem participar", declarou Cavalcanti.

O jurista enfatizou que um magistrado fica impedido de exercer sua função jurisdicional quando possui interesse direto ou indireto no litígio, e que condenar ou absolver um dos ministros teria reflexos diretos na situação dos demais acusados.

Contudo, Cavalcanti ressalvou que esta é a posição técnica do ordenamento processual, e que "as decisões institucionais do tribunal supremo seguem dinâmica própria".

Desdobramentos políticos e calendário eleitoral

O especialista também comentou sobre as implicações políticas do caso Master no contexto eleitoral atual.

Cavalcanti observou que durante as votações de outubro, a instituição máxima do Judiciário ocupou lugar destacado na campanha no primeiro turno, com presença menos significativa no segundo turno.

Conforme o professor, um possível desfecho condenatório no caso pode intensificar pressões políticas sobre a Casa Legislativa. "Se a sociedade compreender que o Poder Judiciário, isoladamente, não conseguirá resolver adequadamente esses indicativos de irregularidade, qual será o caminho previsto na Constituição? Através do Senado Federal", observou.

Cavalcanti também mencionou que a postergação do julgamento em 15 de setembro teve como justificativa impedir interferências no pleito eleitoral, e que, superado este período, não subsistiria fundamento para manter suspensa a votação.